

### 3 Linguística Sistêmico-Funcional

Os estudos de Michael Halliday, desenvolvidos desde meados da década de 1960, mostram sua perspectiva funcional do pensamento sobre a linguagem. A teoria que surge a partir daí, a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), compreende a gramática ligada ao uso da linguagem e suas estruturas que, assim analisadas, são vistas como a expressão aparente assumida pelas escolhas sistêmicas.

Essa teoria recebe o nome de sistêmica pela sua representação da gramática da língua como redes de sistemas e não como redes de estruturas (Halliday e Matthiessen, 2004, p. 23). Além disso, entende a língua como naturalmente funcional, por abranger as diversas funções que se encontram incorporadas na gramática e todas as respectivas estruturas que objetivam expressar, de alguma forma, um significado na língua. A linguagem, nesta perspectiva, é usada para a criação de significados que se formam a partir de escolhas no plano paradigmático.

Uma gramática sistêmica e funcional parte do pressuposto de ser a linguagem usada para satisfazer necessidades humanas, as quais determinam o modo de organização do sistema linguístico. Nesse sentido, desperta um interesse especial entre os estudiosos da linguagem: seu caráter como semiótica social. Dessa propriedade importa saber como as pessoas utilizam a linguagem na sua vida social cotidiana, o que leva os linguistas sistêmicos a proporem quatro aspectos principais acerca da linguagem (Eggins, 2004, p. 3): 1 – que ela é funcional; 2 – que sua função é criar significados; 3 – que esses significados são influenciados pelo contexto situacional e cultural em que são negociados; 4 – que o processo de utilização da linguagem é um processo *semiótico*, ou seja, um processo de construção de significados através de escolhas.

Para compreendermos melhor como se desdobra o princípio social de uma gramática funcional, convém atentar para a relação entre texto e contexto. O texto, que pode ser oral ou escrito, desenvolve-se em um contexto. Halliday e Hasan (1989) apontam para dois tipos de contexto, o de cultura e o de situação. O primeiro relaciona-se às diferenças em formas de discurso, cerimônias e

atividades significativas entre uma cultura e outra. Já o segundo, relacionado ao primeiro, diz respeito ao ambiente, ao cenário em que se encontram os participantes da situação comunicativa. Texto e contexto acham-se tão estreitamente relacionados, que, para autores como Koch (2006b), é possível prever determinados significados ou características linguísticas do texto a partir de seu contexto.

O contexto de cultura associa-se ao gênero, que relaciona a linguagem ao nível extralinguístico e tem acrescido um propósito comunicativo. Por outro lado, o contexto de situação abrange o registro, que se divide em três dimensões: campo (*field*), ou o assunto de que trata o texto; relação (*tenor*), que se refere ao relacionamento dos participantes na interação; e modo (*mode*), que organiza o funcionamento da linguagem.

Paralelamente a isso, uma gramática sistêmica fundamenta-se em dimensões que se superpõem: contextual, semântica, lexicogramatical e fonografológica. O campo semântico evidencia os significados *ideacional*, *interpessoal* e *textual*, que se relacionam direta e respectivamente às dimensões do registro – campo, relação e modo. O significado, segundo Halliday, é o componente fundamental de uma gramática funcional e sua organização se dá em torno de dois principais tipos, o ideacional ou experiencial e o interpessoal, aos quais é acrescido ainda um terceiro, o textual. A esse respeito, comentam Halliday e Matthiessen (2004):

Usamos a linguagem para dar sentido a nossa experiência, e realizar interações com os outros. Isso quer dizer que a gramática precisa interagir com o que acontece fora da linguagem: com os acontecimentos e condições do mundo, e com os processos sociais em que nos engajamos. Mas ao mesmo tempo ela deve organizar a construção da experiência e o desempenho dos processos sociais, de modo a que possam ser transformados em fraseado. (Halliday e Matthiessen, 2004, p. 24-25)<sup>2</sup>

### 3.1 As Metafunções da linguagem

As metafunções, que governam simultaneamente as escolhas feitas pelos usuários da língua nas diversas situações de comunicação, possibilitam a criação

---

<sup>2</sup> No decorrer deste trabalho, há referências a diversos autores e as citações foram traduzidas pela autora dessa dissertação.

de diferentes significados expressos pela linguagem. As Metafunções, que estão sempre presentes no discurso, são Ideacional, Interpessoal e Textual.

A Metafunção Ideacional está relacionada à expressão de conteúdo. Sua função é retratar a experiência do mundo e a forma como se relacionam as entidades a ele inerentes, através de recursos específicos, pertencentes ao sistema da Transitividade. A função ideacional configura, dessa forma, a experiência humana.

O significado interpessoal tem como finalidade essencial o relacionamento dos participantes no processo de interação. Refere-se, assim, à participação dos usuários da língua na comunicação, seja em comentários, em atitudes ou posicionamentos, ou em julgamentos pessoais. Sua função interacional e pessoal serve, ainda, para estabelecer e manter os papéis sociais na negociação do significado.

A Metafunção Textual serve, por fim, como ferramenta para a realização dos significados nas duas metafunções anteriores no que se refere à organização do texto, não somente no nível da frase, mas principalmente no nível do discurso. Aqui, o foco se concentra na articulação das unidades linguísticas visando à tessitura textual, conferindo coesão e coerência ao universo discursivo.

Para os fins deste trabalho, o significado expresso pelas escolhas linguísticas é descrito e analisado em relação ao enfoque interpessoal, por sua referência ao processo de comunicação entre os participantes da interação com fins argumentativos. Afinal, tendo em vista que persuadir visa a conseguir que as pessoas façam alguma coisa que queremos, a teoria sistêmica nos ajuda a explicar a argumentação, já que atribui uma dupla função à linguagem: um meio de ação e um meio de reflexão e é designada “menos para provar coisas do que para fazer coisas”, além de ser “explicitamente construída para ser usada tanto para pensar quanto para agir”, conforme Halliday (2003, p. 197-198 *apud* AMARANTE, 2009, p. 38).

Convém ressaltar que os significados relacionados as três metafunções ocorrem simultaneamente, pois os níveis, apesar de diferentes, não são estanques, mas se relacionam mutuamente nas situações comunicativas.

A fim de encerrar este item que vai definindo o aporte teórico sobre o qual recai a presente pesquisa, cabe esclarecer que não são apenas as metafunções que se relacionam simultaneamente, pois na perspectiva sistêmica, conforme aponta

Martin (2000, p. 143), o conjunto de opções oferecido pelo sistema relaciona-se diretamente a outros conjuntos de opções no potencial significado da linguagem.

### 3.1.1

#### **Metafunção Textual – A oração como mensagem**

Um olhar na perspectiva textual permite descrever a organização da oração como mensagem. Aqui, a oração é construída com base em dois elementos fundamentais: o Tema – ponto de partida do significado e possuidor de uma função estrutural especial na oração, – e o Rema – desenvolvimento do Tema – que, combinados, formam a mensagem.

Para Halliday (1994, p. 37), a estrutura que a oração assume passa a ser ordenada pelo Tema seguido do Rema, constituindo a estrutura temática. Parte do significado expresso pela frase se dá em função do elemento que é escolhido como Tema, pois aquilo que o define não é a posição oracional inicial, mas o meio pelo qual essa função é desempenhada na gramática, geralmente realizado pelo Sujeito.

Assim, os textos em geral possuem uma forma padronizada quanto aos elementos que assumem a posição inicial nas orações. No inglês, em orações declarativas, essa padronização é constituída pelo Tema, que coincide com o Sujeito, o ponto de partida da mensagem (*Mary went to the movies yesterday*); nas orações interrogativas, o Tema é composto pelo operador verbal Finito seguido do Sujeito – em interrogativas de polaridade sim/não – (*Did Mary go to the movies yesterday?*) ou pelo pronome ou advérbio interrogativo – em interrogativas abertas – (*When did Mary go to the movies?*); em orações imperativas, é constituída pelo próprio verbo (*Go to the movies!*). Estes são os casos que compreendem os Temas não marcados. Quaisquer outras formas funcionariam como Temas marcados, utilizados com a finalidade de destacar outro elemento da informação (*Yesterday, Mary went to the movies*).

Em todas as orações (independentes ou não) há estrutura temática e a escolha desta estrutura será de crucial importância na organização do discurso e na forma de desenvolvimento do texto. Todavia, a identificação ou delimitação do Tema ainda necessitam ser clarificadas e tornadas mais concretas, pois, como afirmam Hasan e Fries (1997a, p. 27-29 e 33-38 *apud* Hawad, p. 45), no momento

presente, não é algo simples analisar como as variadas funções que a seleção de Temas tem na economia do texto possam relacionar-se à condição de “ponto de partida do que o falante vai dizer”. A título de exemplo, tem-se a questão da delimitação do Tema quando da ocorrência simultânea de mais de um Tema topical marcado, como em *last year in LA I bought those same shoes for eighty dollars* (no ano passado em LA, eu comprei aqueles mesmos sapatos por oitenta dólares), onde o Tema topical marcado (que não é Sujeito) é *last year in LA* e o restante da oração constitui o Rema. Para linguistas sistêmico-funcionais, uma ocorrência simultânea de temas topicais marcados como esta é possível se todos eles combinarem-se às funções de Adjunto/Circunstância. Contudo, também pode haver ocorrências, como *last year in LA those same shoes I bought for eighty dollars* (no ano passado em LA, aqueles mesmos sapatos eu comprei por oitenta dólares), em que *last year* e *in LA* desempenham função de Adjunto, porém *those same shoes* desempenham função de Complemento. Apesar de questões deste tipo constituírem polêmica, as escolhas temáticas são ainda instrumentos importantes no interior da gramática funcional por contribuírem, dentre outros aspectos, para a coesão nos textos, já que podem criar um encadeamento entre entidades mencionadas no discurso.

Para os fins que pretende este trabalho, que trata de um *corpus* sob o ponto de vista interpessoal e, portanto, que não visa a um aprofundamento da metafunção textual, adotamos a posição de Halliday (1994), segundo a qual o Tema de uma oração constitui-se pelo Tema topical – o primeiro elemento constituinte com função na transitividade – junto a todos os demais elementos que o antecedem. O Tema topical estabelece a fronteira entre o Tema e o Rema, sendo este último justamente o responsável pela parte da mensagem onde o Tema é desenvolvido.

A fim de concluirmos este ponto, registramos que os estudos de Halliday para o funcionamento da linguagem abarcam especificidades da língua inglesa em termos linguísticos, sociais e culturais. Sendo assim, em determinadas questões, pode haver pontos convergentes e divergentes na aplicação de suas categorias, como levantam Gouveia e Barbara (2004 e 2005) que discutem a função de Tema em português do Brasil e de Portugal, mostrando que há diferenças em relação ao inglês.

### 3.1.2 Metafunção Ideacional – A oração como representação

No aspecto ideacional ou experiencial, a linguagem é enfocada na sua relação com o conteúdo da mensagem, através da utilização de uma gama de recursos para retratar a experiência de mundo e a maneira como as entidades nele existentes interagem. Nessa perspectiva, ganha força o modo pelo qual a nossa experiência do mundo real, material e simbólico é construída por intermédio da linguagem. Trata-se de uma visão da oração como representação.

O recurso utilizado para a construção dessa experiência é o sistema da Transitividade. Através dele, investiga-se, nas orações, como são representados os eventos, no que se refere a processos, participantes e circunstâncias. Segundo Thompson (1996, p. 77), os processos são realizados geralmente por grupos verbais; os participantes, por grupos nominais; e as circunstâncias, por grupos adverbiais ou sintagmas preposicionados.

Uma análise da linguagem na perspectiva ideacional leva em consideração, dessa forma, o que está acontecendo, quem, o que, onde, quando, por que e como, bem como a lógica da relação dos acontecimentos uns com os outros. Contudo, nessa perspectiva, o processo – o qual é realizado tipicamente por um grupo verbal – constitui o principal componente da mensagem.

Na construção da experiência de mundo, há, no sistema da Transitividade, três principais tipos de processos, listados a seguir juntamente ao seu significado geral: materiais (fazer, acontecer), mentais (sentir, perceber, conhecer, desejar) e relacionais (ser, estar); além de três processos secundários: verbais (dizer), comportamentais (comportar-se) e existenciais (existir). A distinção entre esses tipos de processos baseia-se em propriedades semânticas, com repercussões sistemáticas na gramática. Todavia, a Transitividade representa um sistema para descrever a oração como um todo, não apenas o verbo e seu objeto (Thompson, 1996, p. 78). Vejamos exemplos dos tipos de processos elencados acima:

## Processo material:

É uma boa imagem para o que nos **acontece** hoje em dia, a toda hora um novo tentáculo se estendendo sobre nós, uma chuva de normas, cartilhas, orientações, admoestações, avisos, cobrança, proibições, restrições, instruções e assemelhados, vinda aparentemente de mil direções, que ninguém conhece direito e a que todo mundo obedece sem questionar. (O Globo, 15/08/2010)

## Processo mental:

Um de seus argumentos para Brasília é que, com a capital no Rio, não tinha sossego para trabalhar – e, de fato, com o Catete cercado pela cidade, era difícil não **sentir** a presença da oposição. (Folha de São Paulo, 23/04/2010)

## Processo relacional:

O ideal seria que todos os candidatos **fossem** sérios e capazes, apresentassem suas credenciais e seus programas de maneira convincente ou no mínimo bem articulada, e representassem alguma coisa além da sua própria ambição, ou seu próprio delírio. (O Globo, 22/08/2010)

## Processo verbal:

O exemplo paterno, **disse** o tucano, “me marcou na vida e na compreensão do que significa o amor familiar de um trabalhador: ele carregava caixas de frutas para que um dia eu pudesse carregar caixas de livros”. (Folha de São Paulo, 23/04/2010)

## Processo comportamental:

Temos, assim, o direito, que certamente preferíamos não ter, de duvidar de todo concursado e de **encarar** com um pé atrás qualquer diploma. (O Globo, 12/09/2010)

Processo existencial:

Por não saber bem do que se trata, já que **existe** uma infinidade de culturas e subculturas muito diferentes entre si, mas que podem ser chamadas de orientais, sempre procuro evitar contatos mais aprofundados com a Misteriosa Sabedoria Oriental, particularmente em certas circunstâncias como, por exemplo, nas conferências que alguém sempre faz, quando se vai a um restaurante japonês. (O Globo, 06/06/2010)

Dependendo do tipo de processo realizado no discurso, a função semântica exercida pelos participantes varia. No caso dos processos principais, esta variação apresenta-se da seguinte forma: processo material – Ator, Meta, Receptor e Alvo; processo mental – Experienciador e Fenômeno; processo relacional – Portador, Atributo, Identificado e Identificador. Em se tratando dos três tipos secundários de processo, assim ficam os participantes: processo verbal – Dizente, Receptor, Alvo e Verbiagem; processo comportamental – Comportante; processo existencial – Existente.

No que diz respeito às circunstâncias no sistema da Transitividade, fundamentalmente representam as bases contra as quais o processo acontece. Isso compreende dizer que mostram as condições em que algo é realizado: tempo, lugar, maneira, etc... (Thompson, 1996, p. 104), sendo desempenhadas, assim, por Adjuntos circunstanciais.

De acordo com Halliday e Mathiessen (2004, p. 171-173), nosso modelo de experiência, a partir do sistema gramatical da transitividade, apresenta-se em regiões num espaço contínuo, não sendo esta continuidade, porém, de forma linear. Isso significa dizer que pode tornar-se difícil a classificação do tipo de processo envolvido e a interpretação da função semântica exercida pelos participantes.

Ressaltamos, por fim, que assim como as possibilidades da experiência humana são extremamente indeterminadas, os tipos de processos constituem categorias indefinidas e suas fronteiras podem ser consideradas verdadeiras áreas “cinzas”, o que leva Halliday e Matthiessen (2004), inclusive, a sugerirem um *princípio de indeterminação sistêmica*, o qual assume que os tipos de processos não são categorias canonicamente definidas.

### 3.1.3 Metafunção Interpessoal – A oração como troca

A Linguística Sistemico-Funcional compreende a linguagem como um sistema de opções à disposição do falante, em que as dimensões ou camadas – contextual, semântica, lexicogramatical e fonografológica – se superpõem. Da mesma forma, as Metafunções co-ocorrem em um dado texto, já que os sistemas ocorrem simultaneamente. Assim, paralelamente à organização da oração como mensagem e como representação, voltamo-nos para outro aspecto do significado da oração, seu significado como troca, que aparece conjuntamente com o significado ideacional e textual.

Thompson (1996) remete-nos à importância da troca de significados nas relações entre os interactantes. Inicia o capítulo *Interaction in the clause: the interpersonal metafunction*, afirmando que “um dos propósitos principais de comunicar é interagir com outras pessoas: estabelecer e manter relações sociais apropriadas com elas.” (Idem, p. 38). Neste trabalho, tencionamos descrever e evidenciar como os tipos de significados interpessoais são expressos nas orações e, principalmente, como eles contribuem para o ato de convencimento e/ou de persuasão.

De acordo com Halliday (1994, p. 68-69), a oração é organizada como um evento interativo, do qual fazem parte o escritor ou falante e a audiência. O escritor/falante e o leitor/ouvinte assumem para si determinados papéis em um ato de fala, sendo que os mais fundamentais são dar e demandar, onde dar significa *convidar a receber* e demandar significa *convidar a dar*. Esses papéis de fala são realizados por ambos, escritor e leitor, assim como pelo falante e ouvinte, pois o escritor irá requerer algo de seu leitor e o falante, algo de seu ouvinte; e é nesse aspecto que podemos compreender a existência da oração como troca, porquanto dar implica receber e demandar implica dar em resposta em uma interação comunicativa.

Outra distinção indispensável para o autor, no que se refere ao significado da oração como troca, é justamente o que está sendo trocado, que podem ser bens e serviços ou informações. Quando alguém demanda um objeto ou uma ação, a mercadoria trocada é não verbal e a linguagem é utilizada apenas como instrumento no processo de troca; é o caso de bens e serviços, e a função

semântica da oração na troca é a de uma *proposta*. Todavia, numa situação comunicativa em que alguém utiliza a linguagem verbal com a finalidade de receber uma resposta também verbal, o que está sendo trocado é uma informação. Trata-se de uma função semântica específica na troca chamada *proposição*, em que a linguagem é, portanto, o objetivo final da interação. Bens e serviços ou informações dão origem, quando tomados simultaneamente, a quatro funções básicas de fala: oferecimento, comando, declaração e pergunta, que desencadeiam respectivamente quatro tipos de respostas desejadas: aceitar um oferecimento ou não, cumprir um comando ou não, reconhecer uma declaração ou não e responder ou não a uma pergunta, em que somente esta última requererá uma resposta estritamente verbal. Essas funções básicas de fala encontram-se melhor ilustradas na figura abaixo, extraída de Eggins (2004, p. 146):

<b>MERCADORIA TROCADA</b>		
<b>PAPEL DE FALA</b>	<b>Informação</b>	<b>Bens e Serviços</b>
Dar	Declaração	Oferecimento
Demandar	Pergunta	Comando

Figura 2: Funções básicas da fala

No momento da interação, as escolhas discursivas do ouvinte quanto à resposta a um oferecimento ou comando de bens e serviços restringem-se a: aceitar ou rejeitar o oferecimento e obedecer ou negar-se a realizar o comando, podendo inclusive essa resposta ser não verbal. Entretanto, quando o que está sendo trocado numa situação comunicativa são informações, o ouvinte tem de se dispor a formular uma resposta às declarações e perguntas, necessitando desempenhar seu papel verbalmente. Para atendimento a essa interação comunicativa, a língua necessita elaborar recursos especiais que, de acordo com Halliday (1994, p. 71), “servem como um ponto de entrada para uma grande variedade de funções retóricas diferentes”.

Daí, depreende-se que um escritor tem uma variada gama discursiva à sua disposição no sistema linguístico para utilizar de acordo com sua intenção comunicativa, seja de: informar, dissertar, levar à reflexão, criticar, opinar, convencer, persuadir, influenciar atitudes e comportamentos. O leitor, por sua vez, fará uma leitura inserida nesse sistema elaborado com um fim específico.

Perguntas e sobretudo declarações ganham, assim, um significado singular quando analisados do ponto de vista da oração como troca, pois proporcionarão ao texto uma nova abertura de possibilidades, de escolhas de determinados recursos linguísticos para compor a rede textual. É o que vamos verificar quando da análise dos artigos de opinião selecionados para esta dissertação (ver capítulo 5).

Schlee (2006) salienta que na Metafunção Interpessoal o sistema é utilizado para negociação e expressa nosso desejo de influenciar atitudes e comportamentos do outro, de prover informações conhecidas a quem não as tem, de explicar nossas atitudes ou comportamentos, ou mesmo de conseguir com que o outro nos forneça informações. Esses propósitos desencadeados por significados interpessoais contribuem, dentre outros aspectos, para a textura linguística e direcionamento do discurso.

A seguir passaremos a apresentar diversos recursos linguísticos que podem ser utilizados para desencadear significados interpessoais no discurso. Estes recursos serão, posteriormente, utilizados na análise dos dados desta pesquisa.

### 3.1.3.1 modo (“mood”)

Principal sistema gramatical da Metafunção Interpessoal, o modo se divide em Modo e Resíduo.

#### **Modo – argumentando com Sujeito e Finito**

Constituinte funcional que carrega o argumento da oração, o elemento Modo (escrito com inicial maiúscula para diferenciá-lo do sistema gramatical do modo) é composto por duas partes: o Sujeito – um grupo nominal – e o operador Finito – parte do grupo verbal. Conheçamos a definição básica e a função de cada um deles.

Correspondente ao Sujeito gramatical, mas tratado aqui em termos funcionais<sup>3</sup>, o elemento Sujeito significa algo na oração. Halliday e Matthiessen (2004, p. 117) mencionam-no como aquele que realiza a coisa por referência à qual a proposição pode ser afirmada ou negada. Em outras palavras, o Sujeito

---

<sup>3</sup> Trata-se de uma perspectiva diferenciada do Sujeito da gramática tradicional do português.

indica a pessoa ou coisa a quem pertence o sucesso ou a falha da proposição (Eggins, 2004, p. 151).

Para os fins deste trabalho, a principal função do Sujeito está relacionada à sua constituição como “ponto de apoio” sobre o qual o falante faz repousar o argumento. Significar algo na oração e, nesse caso, o apoio do próprio argumento, confirma que sua função é semântica em origem.

O Finito, por sua vez, expressa por meio de um operador verbal o tempo primário – tempo em relação ao evento de fala –, a modalidade – em referência ao julgamento do falante – e a polaridade – a escolha entre a positividade ou negatividade da oração. Essas três formas de operação nutrem o componente verbal do Modo. No português, é muito comum o Finito vir fundido com o Predicador (constituente do Resíduo), como veremos mais adiante.

Gouveia (2010, p. 18-19), por outro lado, discute a aplicabilidade do Finito em português, afirmando que se trata de uma função trabalhada na categoria do grupo (verbal), não na oração, pois é no grupo que são especificados tempo, aspecto e valores modais. Assume que o português é uma língua não finita, pois este componente funcional tem suas características desempenhadas pelo Predicador, fazendo, portanto, parte dele, não ocorrendo fundido a ele, como é possível no inglês. Se há uma possibilidade de aceitar a aplicação do Finito em português, esta somente se daria como uma função separada, em auxiliares dos tempos verbais compostos, o que não ocorre na língua inglesa, onde este elemento funcional geralmente aparece nas formas do Finito Temporal e do Finito Modal, como mostram os exemplos:

Língua inglesa:

Children	Will	study mathematics.
Sujeito	Finito Temporal	
Modo		

## Língua portuguesa:

Crianças	estudarão	Matemática.
Sujeito	Predicador	
Modo		

Enquanto no inglês a oração é formada pelo auxílio do Finito Temporal, no português, este elemento é substituído pelo Predicador.

## Língua inglesa:

Children	should	study mathematics.
Sujeito	Finito Modal	
Modo		

## Língua portuguesa:

Crianças	estão	estudando matemática.
Sujeito	Finito	
Modo		

Neste caso, ocorre a única hipótese de aplicação do Finito em português, segundo o autor: desempenhando uma função separada, em auxiliares dos tempos verbais compostos.

A função básica do Finito para os fins que pretende este trabalho dissertativo incide na orientação do ouvinte quanto à validade expressa na oração, situando o discurso no momento da fala (no aqui-e-agora) e no posicionamento do falante.

Ressaltamos neste ponto uma característica interessante dos significados interpessoais: uma proposição poder-se-á tornar argumentável por conter o elemento Modo, composto de Sujeito e Finito. Para haver argumentação, o verbo necessita estar amarrado ao seu Sujeito. Se uma oração é não finita (não contém o operador Finito), não possuirá um Sujeito que realize algo sobre a proposição, bem como não haverá a marcação do tempo da fala e o julgamento das obrigações e probabilidades do falante em relação à informação que é trocada na interação. É a relação Sujeito-Finito, o Modo, que permite a discussão (Butt et al, 1995, p. 81)

e a possibilidade do ato argumentativo. Um exemplo evidente da ausência desse atributo no Modo são as formas nominais do verbo em português: Infinitivo, Gerúndio e Particípio, em orações sem Sujeito, como se pode perceber em:

Cabe, no entanto, **observar** que o PT está no governo e, se o governo não obedece à lei, quem obedecerá? (O Globo, 12/09/10).<sup>4</sup>

Neste trecho, verificamos a ausência de um Sujeito e de um operador Finito, sendo o verbo em destaque um componente funcional Predicador. Não havendo o elemento Modo (Sujeito + Finito), como poderíamos argumentar, se não há um Sujeito que realize algo sobre a proposição, e um Finito que determine a marcação do tempo, do julgamento das obrigações e probabilidades do escritor na proposição? Conclui-se que a argumentação não se torna possível em casos como este.

O Modo tem, assim, a função semântica de portar a carga da oração como um evento interativo. O exemplo abaixo transparece sua funcionalidade:

A intenção do chanceler	é (tempo presente)	evitar uma catástrofe ou, no mínimo, um vexame diplomático na ida de Lula ao Irã em maio. (Folha de São Paulo, 27/04/2010)
Sujeito	Finito	
Modo		

### Resíduo – como atuam Predicador, Complementos e Adjuntos

Trata-se do segundo elemento de composição do sistema gramatical do modo e possivelmente menos essencial para a argumentação que o Modo. Podemos reconhecer o Resíduo excluindo naturalmente o que foi identificado como Sujeito e Finito (Modo) na oração. Seus constituintes são: Predicador, Complementos e Adjuntos. Vejamos cada um destes elementos.

<sup>4</sup> No exemplo, o Sujeito não está determinado, mas o significado da oração pode ser depreendido pelo contexto.

O Predicador é a parte do grupo verbal, de conteúdo ou lexical, sem o operador temporal e modal. Suas funções são, segundo Halliday e Matthiessen (2004, p. 122): especificar o tempo de referência, que não o tempo do evento de fala (tempo secundário), isto é, passado, presente ou futuro relativamente ao tempo primário; especificar aspectos e fases em significados como parecer, tentar, ajudar, que influenciam o processo verbal sem modificar seu significado ideacional, conforme o exemplo extraído de Eggins (2004, p. 156): *Simon estava tentando ler The Bostonians*; especificar a voz da oração, que pode ser ativa ou passiva. Em poucas palavras, o Predicador especifica o evento real, a ação ou o processo que está sendo discutido.

Em português, o Predicador é frequentemente encontrado fundido com o Finito. É o caso de orações com apenas um constituinte verbal, encontradas no inglês somente quando nos tempos Presente e Passado Simples. São os tempos primário e secundário ligados ao significado lexical do verbo utilizado na oração em uma única palavra, como demonstrado no exemplo mais adiante dos elementos do Resíduo.

Em mais uma de suas contribuições à descrição do português através da Linguística Sistêmico-Funcional, Gouveia (2010) afirma que, além de o português ser uma língua não finita,

o papel que o Predicador desempenha na negociação da troca em Português, se essa negociação envolve somente polaridade, modalidade ou tempo, ou uma combinação de alguns destes, certamente caracteriza o Predicador como uma função fundamental da oração e não uma residual como ocorre no Inglês. (Gouveia, 2010, p. 23)

Tal menção nos remete a uma nova possibilidade de aplicação da teoria sistêmica e a conseqüente necessidade de adaptação desta ao português<sup>5</sup>.

Podendo ocorrer em número de um ou dois em cada oração, o Complemento é um constituinte do Resíduo realizado tipicamente por um grupo nominal. É um participante dispensável na oração, mas afetado de certa forma pelo argumento principal da proposição. Tem o potencial de ser um Sujeito, mas não desempenha este papel.

---

<sup>5</sup> Embora reconheçamos a importante contribuição do autor, no que se refere a esta nova aplicação da teoria sistêmico-funcional, seguiremos, para o português, as categorias e classificações propostas por Halliday (1994), uma vez que se trata, até o momento, de uma descrição amplamente aceita e divulgada entre os estudiosos da área, em diversos países.

Os Adjuntos, por sua vez, podem existir em um número indefinido no Resíduo. São realizados tipicamente por um grupo adverbial ou uma frase preposicional e contribuem com alguma informação adicional na oração. Além disso, diferentemente do Complemento, não adquiriram o potencial de desempenhar função de Sujeito, por não serem elementos nominais. Todavia, possuem uma peculiaridade: como uma frase preposicional tem sua própria estrutura interna (preposição seguida de um Complemento), o Complemento pode tornar-se um Sujeito e deixar de ser Adjunto para virar somente uma preposição, como mostra o exemplo extraído de Thompson (1996, p. 52): *Had no one thought of that? Hadn't that been thought of?* Aqui, o Complemento *that* deixou a preposição *of* e tornou-se Sujeito, desfazendo a função de Adjunto.

Vejam os exemplos de uma oração com os elementos do Resíduo na ordem típica (Predicador ^ Complemento ^ Adjunto):

Xexéo	(presente do Indicativo)	conta	suas idas e vindas	atrás da seleção (muitas das quais fizemos juntos) através de cidades magníficas ou chatíssimas, [...] (O Globo, 22/08/10)
Sujeito	Finito	Predicador	Complemento	Adjuntos
Modo		Resíduo		

Há dois tipos especiais de Adjuntos que não pertencem ao Resíduo e não seguem estritamente os princípios de ordem da frase. São os Adjuntos Modais e os Adjuntos Conjuntivos, que desempenham diferentes funções no discurso. Estes últimos estão ligados à metafunção textual, contextualizando um relacionamento (de expansão) com alguma porção precedente do texto, conforme exemplo extraído de Halliday (1994, p. 84): *Tais homens entretanto raramente são bons maridos*, onde o elemento *entretanto* constitui um Adjunto Conjuntivo. Os Adjuntos Modais que, por exercerem função relacionada à troca, pertencem à Metafunção Interpessoal, são foco de interesse para este trabalho, e serão detalhados adiante.

### 3.1.3.2 Adjuntos Modais – expressão de atitude

Os Adjuntos Modais possuem uma função interpessoal, demonstrando a atitude do escritor em relação ao assunto tratado na oração. Dividem-se em: Adjuntos de Modo e Adjuntos de Comentário.

#### Adjuntos de Modo – direcionando o discurso

São assim chamados por terem seus significados bastante aproximados ao sistema do modo. Eles aparecem modificando o sentido de um verbo e se parecem com Adjuntos Circunstanciais (perspectiva experiencial), entretanto, estão relacionados ao Finito, expressando significados associados com modo, temporalidade, polaridade e modalidade. Os Adjuntos de Modo constituem um elemento linguístico estratégico no direcionamento do discurso, pois modificam o argumento da proposição pela opinião do escritor, expressando diferentes graus de certeza ou usualidade. Os adjuntos são realizados por grupos adverbiais e frases preposicionais que não configuraram circunstâncias e não são, por isso, incluídos na análise experiencial, mas que descrevem e analisam predominantemente significados interpessoais, constituindo o Bloco Modal.

Halliday e Matthiessen (2004, p. 126-9) sugerem alguns exemplos para a classificação dos Adjuntos de Modo:

- expressões de probabilidade: talvez, provavelmente
- expressões de usualidade: às vezes, geralmente
- expressões de intensificação ou minimização: realmente, absolutamente, justamente
- expressões de suposição: evidentemente, supostamente, obviamente
- expressões de inclinação: felizmente

Vejam um exemplo deste tipo de Adjunto:

Que autoridade tem Ciro? Pelo menos a de quem conviveu com Lula e Dilma de perto, anos a fio, inclusive na crise do mensalão. O impacto de suas palavras sobre a campanha **talvez** seja píffio, **talvez** não. (Folha de São Paulo, 26/04/10)

## Adjuntos de Comentário – o posicionamento na oração

Representados por meio de advérbios (geralmente separados por vírgula), esses Adjuntos comentam a oração como um todo em vez de dar apenas uma informação circunstancial sobre o evento<sup>6</sup>, mostrando o posicionamento na experiência expressa na oração. São considerados elementos interpessoais, pois adicionam uma expressão de atitude e avaliação.

Os Adjuntos de Comentário estão menos relacionados com a estrutura oracional do modo que os Adjuntos de Modo e ocorrem em lugares específicos da oração de forma a expressar uma organização textual específica. Relacionam-se fortemente com os limites entre as unidades de informação. Se vierem no início da oração, que é a ocorrência mais frequente, funcionam como Tema; se no meio da oração, seguem a unidade mais importante, entre o Tema e o Rema ou entre o Modo e o Resíduo; ou podem simplesmente aparecer na posição final.

Seguindo Halliday (1994, p. 49 *apud* EGGINS, 2004, p. 162), citamos apenas alguns exemplos de Adjuntos de Comentário, classificados de acordo com a expressão de seus significados:

- admissão: sinceramente
- asserção: honestamente, realmente
- o quanto é desejável: por sorte, esperançosamente
- o quanto é constante: tentativamente, provisoriamente
- o quanto é válido: amplamente falando, geralmente
- o quanto é sensato: compreensivamente, sabiamente
- o quanto é esperado: como esperado, surpreendentemente

Incluimos a seguir um exemplo de Adjunto de Comentário, extraído e traduzido a partir de Eggins (2004, p. 161)<sup>7</sup>:

**Sinceramente**, eu não posso suportar Henry James. (Frankly, I can't stand Henry James.)<sup>8</sup>

<sup>6</sup> Fato que leva Halliday (1994 *apud* EGGINS, 2004, p. 162) a argumentar que esse elemento poderia operar fora da estrutura Modo/Resíduo.

<sup>7</sup> Não foi encontrado um exemplo deste tipo de Adjunto no *corpus* do trabalho e por isso compomos o exemplo com a autora citada. Consulte a discussão sobre o assunto no capítulo 5.

Os Adjuntos Modais são de significativa importância no ato comunicativo, pois atuam em diversas posições na oração, funcionando estrategicamente, de acordo com as intenções comunicativas do escritor. Tanto os Adjuntos de Modo quanto os de Comentário estão intimamente relacionados ao sistema do modo, principalmente os primeiros, e ambos pertencem ao constituinte Modo oracional.

### 3.1.3.3

#### Modalidade – Sinalizando a opinião

A Polaridade, conforme assegura Halliday (1994, p. 88), é a escolha entre positivo e negativo. O Finito é o operador da estrutura do grupo verbal responsável por expressar, dentre outros elementos, a polaridade. Sendo assim, cada Finito tem duas formas: uma positiva e outra negativa. Entretanto, as duas diferentes polaridades não correspondem às únicas possibilidades de escolha que um falante possui, pois há graus intermediários de indeterminação entre os polos positivo e negativo. Esses graus intermediários constituem a Modalidade.

Para entendermos como a Modalidade é expressa na oração, ou seja, como se dão os graus intermediários de indeterminação entre os polos, é necessário relembrarmos uma distinção já discutida anteriormente, a distinção entre *proposições* (referentes à informação, sobre declarações e perguntas) e *propostas* (referentes a bens e serviços, que trata de oferecimentos e comandos).

No caso das proposições, a Modalidade se refere à validade de uma informação e o significado dos polos positivo e negativo é a afirmação ou negação de algo. Há entre os polos dois graus intermediários: o grau de **probabilidade** (o quão provável é de algo ser verdadeiro), entendido na seguinte escala: possivelmente/provavelmente/certamente; o grau de **usualidade** (o quão frequentemente algo é verdadeiro), que pode ser observado na escala: às vezes/geralmente/sempre. Quando referida a esses graus, a Modalidade é conhecida como *Modalização*. Tanto a probabilidade quanto a usualidade podem ser expressas de três formas: por um Finito Modal no grupo verbal; por um Adjunto modal de probabilidade ou usualidade; por ambos os casos anteriores.

Por outro lado, no tocante às propostas, a Modalidade se relaciona à confiabilidade do falante no sucesso final da troca. O significado dos polos positivo e negativo é prescrever (recomendar) e proscrever (omitir, ocultar). Como nas proposições, há dois tipos de graus intermediários entre os polos, que

variam de acordo com a função de fala exercida, seja de um comando ou de um oferecimento. Em um comando, esses graus intermediários relacionam-se à **obrigação** da outra pessoa em cumprir algo, compreendida na escala: permitido/suposto/requerido; **inclinação** ou **disposição** do falante em cumprir o que lhe foi proposto em um oferecimento, entendida na escala: disposto a/ansioso para/determinado a. Essas escalas de obrigação e inclinação são conhecidas como *Modulação*. Novamente aqui há opções de expressão dessas escalas, mas por duas formas distintas: um operador Finito Modal; uma difusão do Predicador, que pode ser expressa tipicamente por um verbo na voz passiva (É suposto que você saiba isso) ou por um adjetivo (Estou ansioso por ajudá-los).

O diagrama a seguir, extraído e traduzido de Halliday (1994, p. 357), demonstra a relação da modalidade com polaridade e modo:

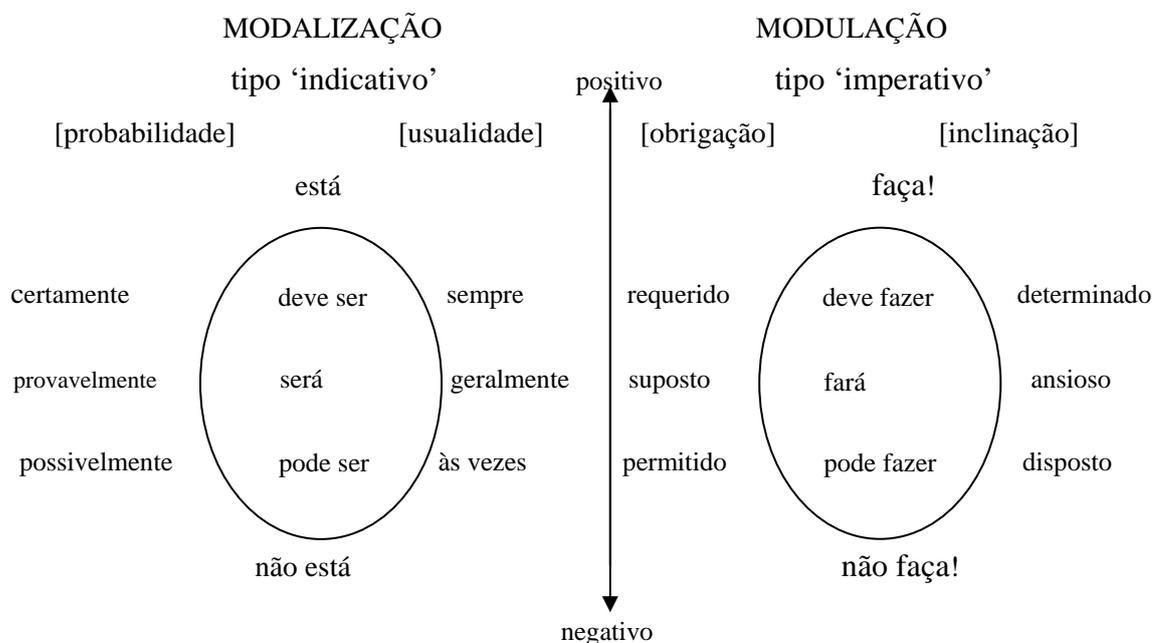


Figura 3: Relação da modalidade com polaridade e modo

Para o autor (Idem, p. 89), mesmo um alto valor modal é menos determinante que uma forma simples polar. Isso se deve ao fato de a Modalidade não expressar uma estrita pontualidade em relação ao assunto tratado na oração. Se o escritor pretende dar certeza ao conteúdo de seu texto, ele não usará os recursos modais. Ainda assim, a Modalidade é uma das mais ricas áreas da gramática, porquanto permite grande sutileza na expressão, fazendo com que o escritor direcione o discurso e sinalize sua opinião, por meio dos diferentes graus de probabilidade, usualidade, obrigação e inclinação.

Cabe ainda ressaltar o comprometimento do escritor com o que é dito em seu texto. Este nível de comprometimento aumenta ou diminui, dependendo do grau ou escala dos recursos modais utilizados. Conforme aumenta o grau de comprometimento, intensifica-se a certeza quanto ao tópico tratado na proposição, o que contribuirá para fortalecer o ato de persuasão.

Eis abaixo exemplos funcionais da Modalidade – Modalização e Modulação, respectivamente – utilizados como escolha linguística do escritor, para cumprir seus propósitos comunicativos:

Nós **estariamos** colaborando, mesmo que modestamente, para a redistribuição de renda no país.

(O Globo, 12/09/10)

E não fica bem o presidente falar como se esse “tal de sigilo” fosse uma pessoa. Ele fez isso para mostrar que grande parte dos responsáveis por sua popularidade nem sabe o que é sigilo. É verdade, mas ele **devia envergonhar-se** disso, não **se aproveitar**.

(O Globo, 12/09/10)

De um lado, no primeiro exemplo, o autor do artigo de opinião utiliza um Finito na forma do futuro do pretérito, resultando em *estariamos*, o que representa nesta frase um baixo grau de probabilidade e, portanto, uma Modalização. Já no segundo exemplo, o escritor optou por duas formas de Modulação, *devia envergonhar-se* e *se aproveitar*, revelando um alto grau de obrigação de um comportamento a ser realizado pelo presidente e expresso pelo Finito Modal *devia*, estando este apenas implícito na segunda forma (*não se devia aproveitar*).

Vale ressaltar algumas observações importantes incluídas por Thompson (1996, p. 58-59) acerca da Modalidade. Há uma grande variedade de justificativas estruturais na utilização da Modalidade, sendo seu uso como função do Modo a mais óbvia. É o que encontramos na utilização do operador Finito representado na realidade do aqui-e-agora do evento de fala e, ainda, no julgamento do falante, na atitude do falante em relação ao tempo de fala – o operador verbal modal Finito. Além disso, um operador modal e um Adjunto de Modo combinados podem expressar probabilidade, revelando a natureza cumulativa dos significados

interpessoais, como no exemplo: *Mas eles realmente devem ter percebido o que estava acontecendo?* E mesmo Modalização neste outro exemplo: *Você definitivamente deveria convidá-la.*

Na observação dos recursos linguísticos da Modalidade exemplificados até aqui, pudemos presenciar certa liberdade do escritor em escolher quais recursos utilizar e onde melhor aplicá-los, a fim de atender adequadamente à sua intenção comunicativa. As possibilidades estruturais são, na verdade, infinitas, e essa característica é intrínseca aos significados interpessoais como um todo. Como salienta Thompson (1996):

Como uma regra, significados interpessoais não estão amarrados inerentemente a constituintes específicos mas estendidos à oração inteira; e eles podem ser cumulativos e reforçados, por serem expressos em vários pontos na oração.

(...)

A escolha do lugar particular, ou lugares, na oração onde um significado interpessoal é expresso será significativa, mas o conjunto de opções é tipicamente mais amplo. (Thompson, 1996, p. 56-57)

Assim, o autor reafirma com seus argumentos a própria aplicabilidade da Linguística Sistêmico-Funcional, que considera a linguagem como um sistema de opções à disposição do autor de um texto (oral ou escrito), para que o utilize de acordo com os diferentes significados que pretende comunicar. A Modalidade possibilita ao escritor, por fim, diferentes formas de intervir na comunicação, expressando atitudes e sinalizando julgamentos de vários tipos e, conseqüentemente, sua opinião.

#### **3.1.3.4**

#### **Metáfora Gramatical Interpessoal – a expressão da opinião de maneira indefinida e o uso de um tipo de oração pelo outro**

Se considerarmos o tratamento formal e tradicional dado à Metáfora, mais conhecida como Metáfora conceitual, verificamos que em uma palavra ocorre a transferência de seu sentido literal para um sentido em outro plano, o figurado. Todavia, a Metáfora que passamos a tratar a partir daqui, abrange uma funcionalidade distinta, que não é apenas lexical, mas sim lexicogramatical.

Segundo Halliday (1994), a Linguística Sistêmico-Funcional descreve dois tipos principais de Metáfora Gramatical na oração, quais sejam a Metáfora Ideacional (da transitividade) e a Metáfora Interpessoal (de modo, incluindo modalidade). Entendamos a distinção entre elas.

A Metáfora Ideacional compreende a transferência de funções exercidas pelas palavras em um enunciado. Por exemplo, um grupo verbal que antes denotava um determinado sentido passa a configurar um sentido mais abstrato, mais incongruente que seu sentido típico. Ocorre, por exemplo, na movimentação de um processo como oração para um grupo nominal, acarretando a expressão de significados de forma diferente, através da nominalização.

Há um tipo de metáfora, entretanto, que é utilizado para expressar a opinião do escritor/falante de maneira indefinida, ou talvez, para “dissimular o fato que eles *estão* expressando suas opiniões” (Idem, p. 355), tornando mais difícil seu leitor/ouvinte questionar, refutar, discordar desta opinião; quando funciona desta forma, é conhecida como Metáfora Interpessoal, pois tem a troca como uma de suas principais funções.

A Metáfora Interpessoal, de fundamental importância para os estudos propostos neste trabalho, subdivide-se em dois tipos: expressões de modalidade e modo oracional. No primeiro caso, a metáfora é expressa por significados modais e opiniões sobre probabilidade. Butt et al (1995) afirmam que este tipo de metáfora é empregado frequentemente quando uma oração inteira expressa a opinião do falante em relação a uma oração vizinha, conforme o exemplo seguinte, em que o verbo destacado é um equivalente de “Eu acredito”. A Modalidade pode, desta forma, compor a própria oração ou ser aplicada a uma oração inteira.

– Mas o presidente vai mesmo continuar mandando, **acho** que ele até tem deixado isso bem claro para todo mundo. (O Globo, 19/09/10)

Já no modo oracional, observa-se a realização dos modos imperativo, declarativo ou interrogativo. Aqui, a metáfora gramatical ocorre na expressão de um tipo de oração pelo outro: enunciados de ordens ou comandos, por exemplo, podem ser expressos pelo modo imperativo, mas também por suas variantes, derivadas da versão padrão. O significado típico é expresso, então, por formas

mais polidas ou estratégias persuasivas, que contribuem para Metáforas Interpessoais, como se pode notar no trecho destacado a seguir:

Durma-se com um barulho desses, e em cima de um perigo nada desprezível: a decisão do Irã de construir, ou não, a bomba atômica. **Já imaginou um Kamenei e um Ahmadinejad com um artefato desses nas mãos?** Não apenas o Oriente Médio, mas todo o mundo estaria numa zona de risco incalculável.

Halliday (1994, p. 355) sugere alguns exemplos de como o falante/escritor pode expressar sua opinião por intermédio da Metáfora Interpessoal:

- É óbvio que...
- Todos admitem que...
- Isso alerta para o fato de que...
- Seria tolo negar que...
- A conclusão que dificilmente pode ser evitada é que...
- Nenhuma pessoa sensata fingiria que... não...
- O senso comum determina que...
- Todas as autoridades no assunto concordam que...
- Você não pode duvidar seriamente que...
- Além de vários outros que significam *Eu acredito*.

Esse tipo de metáfora vai ser utilizado como ferramenta estratégica em textos argumentativos. No lugar de expressar a opinião diretamente, o autor utiliza recursos do modo e da modalidade para não deixar marcas explícitas de polaridade em seu texto, não sendo pontual ou não expondo sua face justamente em momentos em que isso poderia ser inapropriado, deselegante, ou impróprio para a linguagem/contexto finalístico em que o texto é produzido.

Halliday (1994, p. 366) conclui o capítulo *Beyond the clause: metaphorical modes of expression* relacionando pontos preponderantes tratados sobre a Metáfora à luz da amplitude do sistema linguístico, o que convém considerar a seguir:

O que a interpretação metafórica faz é sugerir como um caso no texto pode ser referido ao sistema da linguagem como um todo. Isso é portanto uma importante ligação na rede total de explicações pelas quais nós relacionamos o texto ao sistema. (Halliday, 1994, p. 366)

### 3.1.4 O ponto de interseção

Um estudo isolado de cada uma das Metafunções a partir da superposição do campo semântico leva-nos à expressão dos significados ideacional, interpessoal e textual, que, por sua vez, relacionam-se diretamente às dimensões do registro – campo, relação e modo.

Apesar de analiticamente parecer que cada Metafunção funciona isoladamente, elas não estão verdadeiramente separadas, pois mapeiam significados simultaneamente, exercendo influência umas sobre as outras. Isto significa dizer, então, que embora o estudo aqui proposto concentre-se no enfoque interpessoal da linguagem, os significados textual e ideacional continuam a coexistir sob a perspectiva sistêmico-funcional.

Tal perspectiva se confirma em Oliveira (2009), que nos chama atenção sobre a possibilidade de olharmos de diferentes maneiras um mesmo objeto de estudo. Afinal, “se considerarmos que uma teoria pode ser entendida como uma perspectiva sob a qual um fenômeno é observado, entenderemos facilmente o porquê de existirem múltiplas teorias de linguagem...” (Idem, p. 51). Hasan (1999, p. 13 *apud* OLIVEIRA, 2009, p. 51) contribui de modo fundamental para a questão, trazendo a distinção entre dois tipos de teorias: a endofórica e a exofórica. Enquanto uma teoria endofórica concentra-se no seu objeto de estudo, isolando-o dos diferentes objetos da experiência humana, uma teoria exofórica não se limita às fronteiras de seu objeto de estudo, ao contrário, relaciona-o a outros universos da experiência humana, alterando-se e sofrendo alteração pela relação com os diferentes domínios. A consequência de uma teoria exofórica, como é o caso da Linguística Sistêmico-Funcional e suas Metafunções, é o aparente movimento do objeto de estudo e a observação de suas diferentes facetas que se apresentam de acordo com a mudança de ponto de vista por parte do observador.

Assim, a teoria sistêmico-funcional nos permite estudar e analisar textos, como os artigos de opinião, sob diferentes perspectivas, como a textual, ideacional ou interpessoal, embora todos os significados neles se apresentem em conjunto, sendo assim, cada texto um ponto de interseção da realização de diversos sistemas semânticos.

### **3.2 Valoração – a linguagem avaliativa**

Inserida no conjunto de recursos linguísticos acionados em uma situação de interação, destacamos a valoração, uma perspectiva teórica relacionada principalmente à escolha lexical utilizada para expressar a opinião do escritor, no que se refere ao objeto em tela.

A valoração é uma teoria bastante recente – teve início em meados de 1990 – e constitui “uma abordagem utilizada para analisar a avaliação e a perspectiva em textos” (White, 2002). Ela disponibiliza procedimentos para a análise sistemática de como a avaliação trabalha em textos completos e em grupos de textos de qualquer registro. Seus recursos têm enfoque ligado ao discurso, à retórica e ao efeito comunicativo.

A teoria valorativa é uma “ramificação” e tentativa de sistematização dos significados interpessoais. As ligações entre a LSF e a *Teoria da Valoração* se dão ao nível do discurso semântico, a partir do sistema interpessoal. Neste nível, conforme Martin e White (2005, p. 33), o significado interpessoal se co-articula com dois outros sistemas – negociação e envolvimento. A negociação complementa a valoração pelo enfoque nos aspectos interativos do discurso, função de fala e estrutura de troca. E o envolvimento complementa a teoria valorativa pelo foco em recursos para negociar relações, especialmente solidariedade.

Encontramos a linguagem da avaliação nas diversas opções disponibilizadas pelo sistema linguístico, em que o autor do texto tem à sua disposição a possibilidade de determinar escolhas discursivas, conforme o significado e a intenção daquilo que pretende comunicar. Essas escolhas

demonstram que, em um enunciado, há frequentemente algum tipo de posicionamento de valor.

Submerso na variada gama de escolhas disponíveis para o falante/escritor expressar um conjunto de potenciais significados, manifesta-se um pequeno grupo de categorias de reações. Referimo-nos a categorias específicas de análise, conhecidas como: Atitude, Engajamento e Amplificação.

### 3.2.1 Afeto, Julgamento e Apreciação

A categoria da Atitude abrange o conjunto de recursos semânticos utilizados para negociar emoções, julgamentos de comportamento e avaliações de coisas. Essa categoria subdivide-se em três amplos campos semânticos: Afeto, Julgamento e Apreciação.

O Afeto compreende a construção de respostas emocionais pelo autor e relaciona-se ao envolvimento deste com a pessoa, o objeto, a situação ou o evento em questão no texto, portanto, tem foco no avaliador. O significado expresso pela reação emocional do autor pode ter uma dimensão positiva ou negativa. A seguir, um exemplo deste campo semântico:

Você eu não sei, mas quanto mais candidatos ridículos pedindo voto, **mais eu gosto.**  
(O Globo, 22/08/2010)

O Julgamento diz respeito a avaliações morais de comportamento, ou seja, à visão da aceitabilidade social positiva ou negativa, perante um comportamento humano, referente ao sistema de normas sociais; assim, tem foco no avaliado. Para Martin (2000, p. 155), este posicionamento ético se traduz, quando relacionado a propostas, como normas sobre a maneira como pessoas poderiam ou não poderiam se comportar. Observemos um exemplo de Julgamento:

**E não fica bem o presidente falar como se esse “tal de sigilo” fosse uma pessoa.**  
(O Globo, 12/09/2010)

Em consonância com Iedema et al (1994 *apud* MARTIN, 2000, p.155-156) e com base em uma sugestão de pesquisa da Mídia, Martin relata uma subdivisão deste campo semântico em dois grupos maiores, quais sejam estima social e sanção social. Referindo-se à estima social, o Julgamento relaciona-se à: normalidade (o quão incomum alguém é), capacidade (o quão capaz alguém é) e tenacidade (o quão determinado alguém é). Já se referindo à sanção social, o Julgamento abrange veracidade (o quão verdadeiro alguém é) e propriedade (o quão ético alguém é). Adiciona o autor que a estima social envolve admiração e crítica, não tendo implicações legais. Martin ilustra este campo semântico dizendo que, havendo dificuldades nesta área, a pessoa precisaria de um terapeuta. Por outro lado, a sanção social envolve elogio e condenação, geralmente com implicações legais. Havendo dificuldades, neste caso, a pessoa teria de recorrer a um advogado. Não obstante, Martin tece uma consideração final acerca da categoria do Julgamento, fundamental para o presente trabalho: o tipo de julgamento que um profissional adota compatibiliza-se com sua área de atuação institucional. No meio jornalístico, a citar os editoriais e gêneros de comentário (como o artigo de opinião), o escritor dispõe e utiliza um grande leque de recursos de Julgamento para redigir seu texto, o que não ocorre em gêneros mais neutros, como as notícias. Esse variado leque de recursos atitudinais exige do escritor, portanto, que julgue sua própria atitude, seu próprio posicionamento, para que não falte com o bom senso e a ética requeridos para a profissão e indispensável para a confecção de seu texto opinativo.

O terceiro e último campo semântico da categoria da Atitude é a Apreciação, que se relaciona com a preocupação estética (forma, aparência, composição ou impacto de objetos, processos e fenômenos naturais, situações e desempenhos), positiva ou negativa, tendo também o foco no avaliado. Martin (2000, p. 160) relaciona este campo semântico ao contexto das proposições e organiza-o em torno das seguintes variáveis: reação, composição e avaliação. A reação diz respeito ao grau com o qual um texto/processo capta nossa atenção e nos impacta emocionalmente; a composição abrange nossas percepções de proporcionalidade (balanço) e detalhe (complexidade) em um texto ou um processo; e a avaliação relaciona-se a nossa própria avaliação da significância social do texto ou do processo. Um exemplo deste campo semântico pode ser observado em:

Pode ser que esteja enganado, mas não me lembro de ter declarado o Imposto de Renda pelas mesmas regras em dois exercícios fiscais seguidos. Passei a tarefa ao meu contador, **pois a coisa ficou tão complicada e tão mutável que não tenho mais paciência, tempo e vontade de cumprir com o meu dever de contribuinte.**

(Folha de São Paulo, 27/04/2010)

### 3.2.2 Engajamento e Amplificação

Após conhecimento e descrição da Atitude, no conjunto de categorias de análise próprio da teoria valorativa, segue-se a categoria do Engajamento. Este demonstra o quão comprometido e envolvido o falante/escritor se encontra na troca comunicativa. Engloba, segundo Martin e White (2005, p. 36), a maneira com que determinados recursos, como projeção, modalidade, polaridade, concessão e vários advérbios de comentário posicionam o falante/escritor no tocante à postura de valor em curso e às potenciais respostas para esta postura (citar ou relatar, reconhecer uma possibilidade, negar, replicar, afirmar, dentre outros). Veja-se um exemplo de Engajamento:

**Acho que já falei aqui** numa comadre minha que diz que tudo é trauma de infância. **Inclino-me a concordar com ela** e, muitas vezes, nem tenho de escarafunchar muito essa remotíssima fase de minha vida (...)

(O Globo, 15/08/2010)

A terceira categoria compreendida pela valoração, a Amplificação, preocupa-se com gradação, o grau de determinado objeto discutido que cresce ou decresce em uma escala. Trata-se de recursos para intensificação e ajuste de limites, para modular o significado pelo grau. Relacionado à Atitude, por exemplo, o grau de uma avaliação diz respeito ao quão forte ou fraco um sentimento é (a força deste sentimento). Em termos gramaticais, refere-se à intensificação, à morfologia comparativa e superlativa, à repetição e a várias características grafológicas e fonológicas. Nos textos, encontramos muito mais

frequentemente o grau estendido ao aumento que à diminuição do objeto colocado em gradação, como é o caso do exemplo a seguir:

No surto de Ciro, porém, parece haver um **recado político que vai além da sua agonia pessoal**. O fio desencapado pode estar expondo **os limites de um arranjo de poder que abriga interesses demais**. Sua fala seria um aviso de que o amplo consórcio lulista passa a viver sob a ameaça de um curto-circuito.  
(Folha de São Paulo, 24/04/2010)

Seguindo o uso e a importância dessas categorias no ato interativo, Martin e White (2005) adotam o seguinte posicionamento: a Atitude é, em determinado sentido, compreendida como a categoria central para os estudos da valoração, enquanto as outras duas distinguem-se por adotar uma posição no tocante às proposições (Engajamento) e por utilizar uma escala ou grau de investimento (Amplificação).

Convém atentar para a solidariedade construída no texto a partir da linguagem da avaliação. Quando o escritor expressa recursos atitudinais por meio de seu texto, predispõe-se a ser solidário com seu leitor, convidando-o a dividir seus sentimentos enquanto escritor e avaliações, envolvendo-o pelo compartilhamento de pontos de vista, o que colabora para o ato do convencimento.

A valoração abrange diferentes aspectos, portanto, de um trabalho avaliativo. Hunston & Thompson (2000a *apud* MARTIN e WHITE, 2005, p. 38) propõem uma distinção bastante apropriada acerca da opinião sobre entidades e da opinião sobre proposições. Enquanto opiniões sobre entidades são pontualmente atitudinais e envolvem sentimentos positivos e negativos, opiniões sobre proposições são canonicamente epistêmicas e envolvem graus de certeza. As primeiras tendem a ser realizadas lexicalmente e as segundas, gramaticalmente. Martin & White (2005) sugerem, inclusive, a partir daí, uma oposição de afeto e modalidade.

Martin (2000, p. 143) considera a organização sistemática dos itens lexicais como um ponto de suma importância no ato comunicativo e aponta que o conjunto de opções do sistema relaciona-se diretamente a outros conjuntos de opções no potencial significado da linguagem. Compartilhamos com o autor este

ponto de vista, considerando, assim como ele, a organização dos itens lexicais um aspecto crucial para a negociação do significado, que é o coração de toda comunicação.

A descrição da valoração trabalhada até aqui teve o objetivo de situar a teoria no enfoque interpessoal, considerando o termo *valoração* como o conjunto de “recursos semânticos usados para negociar emoções, julgamentos, e avaliações, ao lado de recursos para amplificar e engajar com essas avaliações” (Martin, 2000, p. 145), bem como compreender o potencial dos efeitos retóricos que essa perspectiva desencadeia em textos de opinião, principalmente por intermédio de um léxico específico, o léxico avaliativo.

O aporte teórico sistêmico-funcional tratado neste capítulo revela-se, sobretudo, a partir dos traços gramaticais presentes nos textos, conforme levanta Halliday (1994):

Um texto é significativo porque é uma realização do potencial que constitui o sistema linguístico; é por essa razão que o estudo do discurso (‘linguística do texto’) não pode ser separado propriamente do estudo da gramática que se desdobra por detrás disso. (Halliday, 1994, p. 366)

A linguística do texto proposta neste trabalho fundamenta-se, portanto, na abordagem dos componentes funcionais, que permitirão, por sua vez, a análise e interpretação dos dados coletados nos artigos de opinião e que poderão ser observados detalhadamente como realizações do sistema linguístico no capítulo 5.